

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PROJETO DE LEI Nº 9.003, DE 2017

Apensado: PL nº 6.764/2016

Dispõe sobre o exercício da profissão de gerontólogo, institui o Dia Nacional do Gerontólogo e dá outras providências.

Autor: SENADO FEDERAL - PAULO PAIM

Relator: Deputado GERALDO RESENDE

VOTO EM SEPARADO

(Do Sr. ALEXANDRE LINDENMEYER)

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Senado Federal, pela iniciativa do Senador Paulo Paim, dispõe sobre o exercício da profissão de gerontólogo.

A proposta estabelece que, para o exercício da atividade, é necessário o bacharelado em gerontologia. Na sequência, a proposta fixa as competências do profissional, trata da possibilidade de atendimentos por gerontólogos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e institui o dia 24 de março como Dia Nacional do Gerontólogo.

Apensado se encontra o Projeto de Lei nº 6.764, de 2016, de autoria do Deputado Roberto de Lucena. O apensado propõe a regulamentação das profissões de gerontólogo e de tecnólogo em gerontologia. Para o gerontólogo se requer o bacharelado, o mestrado ou doutorado em gerontologia ou o título de especialista. Para o tecnólogo, exige-se a formação de Tecnólogo em Gerontologia. O texto fixa as competências de ambos os profissionais, trata da prestação de seus serviços no âmbito do SUS e do SUAS e fixa o dia 24 de março como o Dia Nacional do Gerontólogo.



Os profissionais graduados e aos acadêmicos tecnólogos em gerontologia em primeira mão foram acolhidos pelos pareceres dos relatores anteriores, Deputada Rosana Valle, Deputada Teresa Nelma e no primeiro parecer do eminente relator Deputado Geraldo Resende que, em 09/05/2023, seguiu o mesmo entendimento de sua antecessora, contemplando os tecnólogos em gerontologia como gerontólogos. Contudo, em seu último voto, em 20/03/24, o capacitado relator Geraldo Resende contemplou os bacharéis em gerontologia com o título de gerontólogo e, ainda que não fosse a intenção do eminente deputado, limitou a atuação do tecnólogo a funções para as quais sua graduação tecnológica não exige formação, dando ao bacharel exclusividade em atividades e atribuições que podem ser exercidas pelas duas formações.

A Associação Brasileira dos Tecnólogos em Gerontologia (ABTG) havia solicitado uma nova redação para o Projeto de Lei nº 9.003, de 2017, pedindo a inclusão das atribuições do tecnólogo em gerontologia, de forma complementar as dos bacharéis, pleiteando o título de gerontólogo às duas formações de nível superior (bacharel e tecnólogo).

Conforme anotou a relatora, Deputada Tereza Nelma, que antecedeu o ilustre relator, compete a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa analisar as proposições sob o aspecto do monitoramento de políticas públicas relacionadas às pessoas idosas, das pesquisas e estudos relativos à situação delas no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais comissões da Casa; e o incentivo à conscientização da imagem dos idosos na sociedade, entre outras questões relacionadas aos direitos da pessoa idosa.

Do ponto de vista do mérito, que nos cabe analisar, do mesmo modo que o relatório antecedente, acolhemos o objetivo dos projetos em análise, que é o de regulamentar o exercício da profissão de gerontólogo e, assim, promover o cuidado das pessoas idosas por equipes de profissionais cada vez mais completas e qualificadas.

A ideia legislativa que acolhemos é de favorecer a formação e a disponibilização de profissionais habilitados para tarefas ou atividades diversificadas relacionadas com a promoção de cuidados e a promoção do envelhecimento ativo e



produtivo. Garantindo que todas as pessoas idosas, em todos os cantos do Brasil, tenham acesso aos melhores cuidados, realizados por profissionais qualificados.

A matéria ganha relevância em face ao envelhecimento da população brasileira, que, de acordo com os números disponíveis, passou de 31,2 milhões de pessoas idosas (IBGE). O que impõe um olhar atento do poder público em relação a oferta dos bacharelados em gerontologia, insuficiente e territorialmente concentrada, e dos tecnólogos em gerontologia, disseminados em maior número no território nacional.

Trata-se de um cenário que recomenda atenção em relação às políticas públicas de saúde e de proteção social desse segmento populacional. O aperfeiçoamento dos serviços públicos e privados conectados com essas políticas dependerão de pessoal especializado e qualificado, não somente nos grandes centros urbanos, mas, sobretudo, nas regiões interioranas.

O curso de tecnólogo é um formato de graduação criado justamente para os segmentos mais específicos de atuação, atendendo de maneira mais imediata as necessidades de uma população que está envelhecendo rapidamente. Trata-se também de modalidade de graduação que favorece os estudantes com menor disponibilidade de renda e que precisam chegar mais rapidamente e de maneira mais direcionada ao mercado de trabalho.

O Projeto apensado tem o mérito de acolher no seu texto os tecnólogos, separando, porém, a atividade em dois segmentos (Gerontólogo Bacharel e Gerontólogo Tecnólogo). O currículo mais amplo e teórico da formação bacharel sem dúvida o capacita para o desenvolvimento e a pesquisa na área, da mesma forma que o currículo mais direcionado do Tecnólogo o capacita para atuações mais diretas com o idoso.

A presença de outras formações e a natureza cada vez mais interdisciplinar das profissões nesse estágio do desenvolvimento humano pode e deve ser contemplada, conforme sugestão da relatora Teresa Nelma, que antecedeu o eminente relator, com a disposição de que “a atuação do profissional gerontólogo não impede o exercício profissional dos demais bacharéis ou tecnólogos, que atuem ou que vierem a atuar na área do envelhecimento”. Essa disposição também evita possíveis conflitos entre a profissão de gerontólogo e outras profissões já



regulamentadas, como as de assistente social, médico, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional.

É com profundo apreço ao ilustre relator, Dep. Geraldo Resende, que sempre se mostrou aberto ao debate democrático, que apresentamos respeitosamente o presente voto em separado e o respectivo substitutivo apensado, onde destacamos que bacharéis e tecnólogos são efetivamente gerontólogos, ainda que tenham atribuições específicas, mas complementares, nos ambientes de trabalho, ensino, pesquisa e extensão.

Diante do exposto, com a devida vênua ao eminente deputado relator, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 9.003, de 2017, e do Projeto de Lei nº 6.764, de 2016, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado ALEXANDRE LINDENMEYER



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 9.003, DE 2017

APENSADO: PL Nº 6.764/2016

Dispõe sobre o exercício da profissão de gerontólogo, institui o Dia Nacional do Gerontólogo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regula o exercício da profissão de gerontólogo e institui o dia 24 de março, a ser comemorado anualmente, como o Dia Nacional do Gerontólogo.

Art. 2º As atividades da profissão de gerontólogo serão exercidas:

I – pelo portador de diploma de Bacharel em Gerontologia e pelo portador de diploma de Tecnólogo em Gerontologia em curso reconhecido na forma da lei;

II – pelos diplomados em curso similar no exterior:

a) após a revalidação e o registro do diploma nos órgãos competentes; ou

b) que tenham o exercício dessa atividade amparado por convênios internacionais de intercâmbio.

Art. 3º São atribuições do Gerontólogo bacharel e tecnólogo:

I – coordenar e realizar serviços na área da saúde e social na atenção ao idoso em seus diferentes níveis de complexidade, incluindo centros de convivência, centros de referência de atenção social, centros-dia, instituições de longa permanência para idoso, programas de atenção domiciliar, universidades abertas à terceira idade e unidades de referência na saúde do idoso;



II – prestar consulta gerontológica, realizar avaliação gerontológica e elaborar planos de atenção integral à pessoa idosa que considere as suas necessidades biopsicossociais;

III - atuar com equipes multiprofissionais em programas de atenção à pessoa em processo de envelhecimento;

IV - articular redes de suporte em saúde, social e educação para atender demandas específicas do processo de envelhecimento

V - atuar de forma integral e humanizada na atenção gerontológica em diferentes cenários de envelhecimento e velhice;

VI - elaborar Plano de Atenção Gerontológica, acompanhar a execução e monitorar seus respectivos encaminhamentos;

VII - emitir relatório gerontológico aplicável à pessoa idosa, instituições, programas e serviços na área do envelhecimento;

VIII - planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar programas, serviços, políticas e modalidades assistenciais ao idoso, comunidade e família, com vistas à promoção do bem-estar e qualidade de vida dos assistidos;

IX - participar da formulação e implementação de políticas e programas de atenção integral à pessoa idosa;

X - desenvolver intervenções para preparar as pessoas para seu próprio envelhecimento e período de aposentadoria, por meio de gestão de casos e intervenções educativas;

XI - atuar na gestão de organizações, programas e serviços que objetivam dar visibilidade às demandas específicas do processo de envelhecimento;

XII - promover ambiência, monitoramento, mediação e compreensão dos aspectos que envolvem o envelhecimento, potencializando as capacidades intrínsecas da pessoa idosa;

XIII - atuar na gestão de organizações, programas e serviços que objetivam dar visibilidade às demandas específicas do processo de envelhecimento;
e



XIV - fiscalizar o exercício profissional por meio dos Conselhos Federal e Regionais compatível com as suas atividades profissionais.

Parágrafo único. A denominação Gerontólogo é privativa dos graduados como bacharel em gerontologia e tecnólogo em gerontologia.

Art. 4º São atividades preferenciais do Gerontólogo bacharel:

I - promover treinamento, avaliação e supervisão direta de estágios extracurriculares em Gerontologia;

II – prestar consultoria, assessoria e auditoria e emissão de parecer sob o ponto de vista gerontológico;

III – desenvolver pesquisas em gerontologia;

IV - reestruturar e/ou qualificar serviços e produtos, assim como projetar e implementar novos, antevendo as demandas do envelhecimento populacional;

V - desenvolver inovações em gestão e/ou tecnologias nas áreas de saúde, educação e social voltadas às demandas da sociedade em envelhecimento;

VI- desenvolver sistemas de cuidados de longa duração de forma sustentável, reconhecendo como um importante bem público;

VII - elaborar ferramentas pertinentes à sua prática profissional.

VIII - atuar em processos formativos para o exercício profissional do Gerontólogo e de recursos humanos em gerontologia;

IX - contribuir para a construção e divulgação do conhecimento gerontológico, por meio do ensino e da pesquisa;

X – elaborar programas educacionais que integram as dimensões biopsicossociais do processo de envelhecimento; e

XI – desenvolver e gerir ações socioeducativas e programas de educação em Gerontologia em diferentes contextos ao longo da vida.

Art. 5º São atividades preferenciais do Gerontólogo tecnólogo:



I - participar da execução dos programas relacionados à pessoa idosa, em colaboração com a equipe interprofissional e familiares;

II - atuar na gestão, lazer e orientação na atenção à pessoa idosa, em colaboração junto à equipe interprofissional.

III – colaborar na implementação dos programas educacionais que integram as dimensões biopsicossociais do processo de envelhecimento; e

IV - auxiliar no desenvolvimento de pesquisas em Gerontologia

Art. 6º Os atendimentos relativos à prevenção de doenças, promoção, manutenção e recuperação da saúde a serem realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS) poderão ser prestados por gerontólogos bacharéis e tecnólogos integrando a equipe interprofissional.

Art. 7º Fica instituído o dia 24 de março, a ser comemorado anualmente, como o Dia Nacional do Gerontólogo.

Art. 8º A fiscalização do exercício profissional será por meio dos conselhos federal e regional, observando as atribuições do Gerontólogo bacharel e do Gerontólogo tecnólogo; esta atividade será exercida de forma conjunta entre Bacharel e Tecnólogo.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão 2024.

Dep. ALEXANDRE LINDENMEYER

Deputado Federal PT/RS

